

Duas mulheres, dois países: histórias de cotidianos femininos sob a ditadura civil-militar

Two women, two countries: stories of women's everyday lives under the civil-military dictatorship

Juliana Marques do Nascimento¹

Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC),

Universidade Federal Fluminense (UFF)

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2851-1289>

E-mail: juliana.mar08@gmail.com

Recepção: 21.03.2025

Aprovação: 18.04.2025



Resumo: Este artigo tem o objetivo de analisar as trajetórias de duas mulheres que viveram parte de suas vidas sob o mesmo contexto, a ditadura civil-militar brasileira, mas que apesar das inúmeras coincidências, tiveram rumos divergentes: Iara Iavelberg e Josefa Maria Marques de Souza. A primeira, apesar de ter sido “anônima” durante a maior parte de sua vida, ganhou destaque no cenário político após aderir à resistência contra a ditadura. A segunda, por sua vez, viveu “reclusa” no âmbito privado, responsável pelo cuidado dos filhos, netos, marido e da casa. Fazendo uso da história oral e através da perspectiva história do cotidiano, o texto tem o objetivo de questionar o discurso de memória hegemonicó de que toda a sociedade civil resistiu à ditadura, demonstrando que foram múltiplas as formas que os “cidadãos comuns” encontraram de lidar com o regime autoritário.

Palavras-chave: ditadura civil-militar, história do cotidiano, história das mulheres, memória, gênero e política.

¹ Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (2023). Pesquisadora de pós-doutorado no Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC-UFF), com bolsa do Programa Pós-Doutorado Nota 10, da FAPERJ.

Abstract: This article aims to analyze the trajectories of two women who lived part of their lives under the same context, the Brazilian civil-military dictatorship, but despite numerous similarities, had divergent paths: Iara Iavelberg and Josefa Maria Marques de Souza. The first, although “anonymous” for most of her life, gained prominence in the political scene after joining the resistance against the dictatorship. The second, on the other hand, lived “reclusively” in the private sphere, responsible for taking care of her children, grandchildren, husband, and home. Using oral history and through the perspective of everyday history, the text aims to challenge the hegemonic memory discourse that all civil society resisted the dictatorship, demonstrating that there were multiple ways in which “ordinary citizens” found to cope with the authoritarian regime.

Keywords: civil-military dictatorship, history of everyday life, women’s history, memory, gender and politics.

“Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais”, diz um provérbio árabe citado por Marc Bloch em seu célebre livro *Apologia da história*. Nessa obra, o autor define a história como a “ciência dos homens, no tempo” (Bloch, 2020, p. 55). Além da época em que vivem, sabe-se que fatores como gênero, etnia e classe social influenciam as vivências dos sujeitos históricos. Dessa forma, é de se imaginar que duas mulheres que tenham nascido no mesmo país, exatamente no mesmo ano e que moraram no mesmo bairro da cidade de São Paulo, tenham histórias parecidas.

Este artigo analisa as trajetórias de duas mulheres que compartilharam o mesmo contexto histórico – a ditadura civil-militar brasileira – mas, apesar das inúmeras semelhanças, seguiram caminhos opostos: Iara Iavelberg e Josefa Maria. A primeira, apesar de ter sido “anônima” durante a maior parte de sua vida, ganhou destaque no cenário político após aderir à resistência contra a ditadura, sendo reconhecida nacionalmente após ter sido assassinada e se tornar uma das vítimas do regime. A segunda, por sua vez, esteve a maior parte de sua vida, e ainda está, “reclusa” no âmbito privado, responsável pelo cuidado dos filhos, netos, marido e da casa.

Paul Ricœur (2000) argumenta que a subjetividade do historiador é essencial para a objetividade histórica. Nesse sentido, o elo que une as duas mulheres analisadas é a própria autora-historiadora. Uma delas é minha avó, Josefa; a outra, Iara, “objeto” de minhas pesquisas na última década. Uma jamais conheceu a outra – exceto talvez pelas eventuais vezes em que se cruzaram nas ruas do bairro do Ipiranga, situações que jamais poderão ser sabidas.

Os cotidianos das duas podem parecer irrelevantes à primeira vista, mas também são importantes para a escrita da história. Isso porque, mesmo com

a perspectiva “micro”, o enfoque no cotidiano permite compreender as relações de poder em sua gênese, o dia a dia e expandi-las para além da mera trajetória individual (Wierling, 1995). Assim, a história do cotidiano – ou, em alemão, *Alltagsgeschichte* – será o principal referencial teórico-metodológico: o campo historiográfico traz para o centro da discussão a agência das ditas “pessoas comuns”. Segundo Alf Lüdtke, as pesquisas desta linha partem da ousada premissa de que não só pessoas ligadas a instituições de poder e comando podem ser consideradas como atores históricos (apud Mailänder, 2015).

Nesse sentido, o estudo se utiliza da análise de trajetórias de vida para a construção da narrativa histórica. O gênero biográfico na historiografia viveu um longo período de descrédito, por pretender contar uma suposta história “verdadeira” do indivíduo, com foco apenas em grandes nomes e grandes trajetórias. Vem, contudo, sendo reabilitado, diferenciando-se da prática anterior, de acordo com o historiador Benito Schmidt (2000, p. 55), ao encarar “seus personagens como vias de acesso para a compreensão de questões e/ou conceitos mais amplos”.

As fontes utilizadas são predominantemente orais, colhidas por mim entre 2020 e 2023, via videoconferências, para a realização de pesquisa de Doutorado, junto à Universidade Federal Fluminense, cujo objetivo foi escrever uma biografia histórica de Iara Iavelberg (Nascimento, 2023). Ademais, em 2021, foram realizadas entrevistas com meus familiares especialmente para a viabilização do estudo que resultou neste artigo. Também serão utilizados testemunhos colhidos por Judith Patarra entre 1980 e 1990, jornalista e autora da primeira biografia de Iavelberg, cujas transcrições foram acessadas no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Essas últimas fontes foram utilizadas majoritariamente por se tratar de depoimentos colhidos mais próximos à data dos acontecimentos analisados e por incluírem relatos de pessoas que, por motivos diversos, não estiveram disponíveis para serem entrevistados por mim na década de 2020.

Como propõe Alessandro Portelli (2016), as fontes orais devem ser analisadas criticamente e confrontadas com outros documentos para avaliação de sua confiabilidade. Leva-se em consideração, portanto, as diferenças entre memória e história (Nora, 1993), tendo em conta que “a história oral *trata* da subjetividade, memória, discurso e diálogo” (Portelli, 1997, p. 26). Ao tratar das memórias, que são discursos múltiplos, e – ainda que tenham traços em comum – diferentes de indivíduo para indivíduo, a narrativa historiográfica não pode se pretender verdadeira e superior. Isso porque “estamos cientes, a esta altura, de que

muito aconteceu na mente das pessoas, em termos de sentimentos, emoções, crenças, interpretações – e, por esse motivo, *até mesmo erros, invenções e mentiras constituem, à sua maneira, áreas onde se encontra a verdade*” (Portelli, 1997, p. 25, grifos meus).

Ademais, através da análise dessas trajetórias, busca-se problematizar outro tipo de memória, a coletiva e social (Pollak, 1989), no que tange à ditadura civil-militar brasileira, que acredita que toda a sociedade tenha sido resistente e vítima do regime – ignorando o apoio de determinados setores, o consenso e até mesmo sentimentos de indiferença (Napolitano, 2015; Cordeiro, 2015).

AS ORIGENS: (I)MIGRAÇÃO, NASCIMENTO, INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Ainda que as duas personagens tenham crescido e vivido na cidade de São Paulo, suas famílias não tinham aquele município como origem. Neste tópico, será discutido o trajeto até a capital paulista e os anos de vida de ambas, antes do golpe civil-militar de 1964.

Os Iavelberg eram uma família judia, sendo os pais de Iara imigrantes europeus: David Iavelberg nasceu em 1918, em Briceni, um pequeno povoado de maioria judaica então pertencente a Romênia – atual Moldávia. Sua família vivia em condições precárias e seu pai, entre muitos trabalhos diferentes, chegou a “fazer defeitos” para aqueles que quisessem ser dispensados da Primeira Guerra. Eva Roth, por sua vez, era originária de Budapeste, na Hungria. De acordo com suas memórias, sua família tinha uma vida estável economicamente, em função do pai ser proprietário de uma grande loja na cidade, mas a realidade mudou quando ele decretou falência (Iavelberg & Iavelberg, 1988).

David e Eva chegaram ao Brasil ainda na infância, no início dos anos 1930, impulsionados pela crise econômica de 1929 e pelo avanço do antisemitismo em seus países de origem (Iavelberg & Iavelberg, 1988). Em ambos os casos, seus pais emigraram primeiro e, após alguns anos de trabalho, enviaram dinheiro para trazer as esposas e filhos.

Conheceram-se e casaram-se em São Paulo, em 1943, instalando-se no Ipiranga, um bairro predominantemente operário, sede de fábricas dos mais variados tipos, situado na Zona Sul da cidade. O local abrigava também uma pequena colônia judaica, constituída predominantemente por comerciantes de diversas modalidades – móveis, tecidos, roupas e sapatos – e que tinham como consumidores justamente os trabalhadores da região (Murahovschi, 2012). À semelhança

de seus vizinhos, os Iavelberg moravam em uma casa que ficava nos fundos do comércio da família, no qual trabalhavam o dia todo.

Em 7 de maio de 1944, nasceu a primogênita do casal, Iara Iavelberg. Como Eva e David passavam o dia trabalhando na loja, as atividades domésticas eram feitas por uma jovem empregada, que morava com a família e voltava para sua casa apenas aos domingos (Iavelberg & Iavelberg, 1988).

A família fazia questão de que os filhos seguissem os estudos e, por isso, Iara frequentou a escola desde muito pequena. Além disso, fazia atividades extracurriculares, como aulas de piano. Após o horário da escola, ela costumava ajudar os pais na loja (Iavelberg & Iavelberg, 1988). Ainda assim, tinha permissão para brincar com as amigas judias do bairro e ir a festinhas com elas. Aos fins de semana, os pais tinham o hábito de frequentar o cinema, quando ela ficava responsável por cuidar dos irmãos.

Aos 13 anos, Iara iniciou um namoro com um rapaz mais velho do bairro, Samuel Haberkorn, na época com 19. Judeu e estudante de Medicina, era considerado um ótimo partido pela família Iavelberg. Depois de cerca de dois anos, tornaram-se noivos, com a anuência dos familiares. Assim, em maio de 1960, poucos dias após completar a idade legal, 16 anos, Iara casou-se com Samuel, civilmente e com uma cerimônia religiosa, seguindo as tradições judaicas. Após casar-se, ela interrompeu os estudos.

Este casamento precoce foi malvisto pelas amigas, que não compreendiam a rapidez do comprometimento, afastando-se dela. Por exemplo, Cecília Scheinberg (2020), que era prima de Samuel e uma das melhores amigas da Iara, afirmou: “quando começou a namorar meu primo, então ela se afastou, porque ela não queria que eu soubesse das coisas dela”.

Não obstante a resistência das colegas, o fato de Iara e Samuel terem tido o apoio de suas famílias indica que o casamento era visto como adequado pelos mais velhos. Em geral, o casamento, no judaísmo, é considerado fundamental para sua perpetuação; isto porque, segundo a tradição, são automaticamente considerados judeus todos aqueles nascidos de mães judias (Galinkin, 2008). Contudo, Iara não conseguiu engravidar após o casamento e demonstrava insatisfação com o fato de o marido passar muito tempo fora de casa, graças ao trabalho e estudos.

FIGURA 1: CASAMENTO DE IARA IABELBERG E SAMUEL HABERKORN, 1960



Fonte: Samuel Iavelberg

Josefa é a primogênita de Maria Lucinda e Sebastião Raimundo de Lima. Ambos naturais de Pernambuco, estado da região Nordeste do país; ele nasceu em 1919, na então zona de Aldeia Velha, município de Brejo da Madre de Deus – atual Belo Jardim. Não há muitas informações sobre seus familiares, sabendo-se apenas que eram trabalhadores rurais da região. Maria Lucinda, por sua vez, nasceu em 1916 no município de Canhotinho, no Agreste pernambucano, e tampouco se sabe muito sobre seus pais.

Segundo Josefa, os pais também trabalhavam com produção rural. Não foi possível apurar como se conheceram; o que se sabe é que, quando já formavam um casal, instalaram-se em Calçado – então pertencente à vila de Canhotinho –, onde moravam num terreno compartilhado com a família de Maria Lucinda. Neste sítio, a subsistência da família era feita através do cultivo de feijão, mandioca, milho e verduras; no caso de excedentes, estes eram vendidos e/ou trocados por sapatos e roupas, por exemplo, trazidos por caiqueiros-viajantes (Souza,

2021c). Tanto Sebastião quanto Maria Lucinda eram analfabetos, e não haviam frequentado a escola.

A respeito de sua infância, Josefa afirma ter poucas lembranças: recorda que o ponto alto da semana era ir à igreja todos os domingos, acompanhada pelas avós e tias. Já em relação aos estudos, ela aponta que, ainda que por pouco tempo, frequentou uma escola das redondezas (Souza, 2021c). José Marques, seu então vizinho, se lembra mais detalhes: as aulas aconteciam na casa de um proprietário de terras da região, e eram ministradas por sua filha, que havia estudado em Recife. Ambos teriam sido alfabetizados lá, além de terem aprendido matemática básica (Souza, 2021b). Como a escola tinha caráter improvisado, não possuem certificados daquela época. Segundo suas memórias, Josefa era impedida de trabalhar na roça por sua mãe, que queria que ela se dedicasse aos estudos (Souza, 2021c). Ela não mencionou se tinha alguma responsabilidade nas tarefas domésticas.

Pouco depois da virada para a década de 1950, seu pai, Sebastião, decidiu se mudar para a cidade de São Paulo, numa tentativa de melhorar as condições da família (Souza, 2013). Josefa não se lembra exatamente quanto tempo ele passou sozinho na capital paulista antes de levar a esposa e os filhos, mas acredita ter sido cerca de dois anos. Justamente a década de 1950 foi o momento de migração interna mais acentuada do século XX, majoritariamente entre pessoas oriundas dos estados da região Nordeste para os da região Sudeste. O historiador Paulo Fontes (2008, p. 72) aponta que a mudança era muito bem planejada e preparada e, muitas vezes, “impunha uma estratégia de deslocamento parcelado por parte das famílias”.

Assim, a família de Josefa se reuniria apenas dois ou três anos depois, quando seu pai conseguiu comprar as passagens para que todos se mudassem. Ao chegarem à cidade, ficaram hospedados na casa de uma tia, no Ipiranga. Imediatamente, Maria Lucinda começou a trabalhar para contribuir com a renda familiar, lavando roupa para os colegas do marido (Souza, 2013).

Somente depois de seis meses em São Paulo é que teriam conseguido alugar uma casa para morarem sozinhos, no mesmo bairro: “uma casa pequena, dois quartos, cozinha e um banheiro pro quintal inteiro” (Souza, 2013). Nas memórias de José, que morou no local por alguns meses, a situação era bem mais precária do que a descrita por Josefa: “os ratos de noite *ficava* passeando dentro de casa. (...) Era barracão, alugado. De barraco, nessa rua, só tinha ele, não tinha outros, não. O resto era tudo casa de alvenaria” (Souza, 2021b).

No novo bairro, Josefa frequentou uma escola pública por poucos meses, mas, de acordo com suas memórias, não chegou a estudar nem por um ano, uma

vez que pediu à mãe para se dedicar exclusivamente ao trabalho (Souza, 2021c). De fato, de acordo com o que consta registrado em sua Carteira de Trabalho, ela teria começado a trabalhar em setembro de 1958, aos 14 anos, como aprendiz de tecelã na Jutifício São Francisco S.A., indústria de fibras de juta, localizada também no Ipiranga, próximo à sua casa.

Segundo o Art. 157, inciso IX da Constituição de 1946, vigente no período, o trabalho de mulheres e menores de 18 anos, em caso de indústrias insalubres, e de menores de 14 anos em geral, era proibido. Como as condições de insalubridade não foram especificadas, é possível que sua definição fosse relativa. De qualquer forma, pelo menos de acordo com o registro oficial, Josefa parece ter começado a trabalhar só com a idade permitida. É provável que ela tenha iniciado o trabalho antes de completar os 14 anos e, só então, sido registrada. Seu expediente era das 7h às 17h, com uma hora de almoço a partir do meio-dia. Sua remuneração inicial era de Cr\$7,71 por hora.² Esse valor acompanhava o salário-mínimo estabelecido para menores trabalhadores do município de São Paulo, conforme decreto federal 39.604-A/1956. Seus finais de semana eram preenchidos por idas à igreja, ao cinema e a eventuais festas com amigas (Souza, 2021c).

A DITADURA CIVIL-MILITAR

Em 1964, o golpe civil-militar mudou o contexto político e social do Brasil. A estrutura institucional autoritária passou a ser gradativamente construída, com restrições aos direitos políticos, intensificando-se principalmente a partir de 1968, com o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Ainda que ambas as personagens continuassem vivendo no mesmo bairro e tivessem a mesma idade, o golpe e seus desdobramentos foram vividos de formas completamente diferentes por cada uma.

Iara Iavelberg, em 1963, ingressou no curso de Psicologia, na Universidade de São Paulo (USP). Naquele ano, em todo o país, 120.959 pessoas se matricularam no ensino superior, segundo dados do IBGE; cerca de 0,18% da população, considerando números do censo de 1960.³ Ainda assim, o acesso às universidades estava em expansão, sobretudo entre as classes médias (Martins Filho, 1987), mas com maior predominância do público masculino – com exceção de algumas áreas consideradas “femininas” (Barroso & Melo, 1975). O curso

² Dados retirados da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) de Josefa Maria Marques de Souza.

³ Anuário estatístico de 1963; Anuário estatístico de 1960.

escolhido por Iara era justamente um destes, em função de sua aproximação com a Pedagogia, esfera socialmente mais ocupada por mulheres.

As aulas eram na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), localizada na Rua Maria Antônia, epicentro do movimento estudantil (ME) universitário e de muitas discussões políticas e sociais. Nesse sentido, Maria Lúcia de Carvalho, amiga e colega de curso de Iara, lembra do sentimento de novidade que a universidade proporcionava: “era uma fome de conhecimento, de leitura que eu acho que foi isso que abriu muito a cabeça da gente e que nos levou, afinal de contas, para a política” (Carvalho, 2021). Já no ano de 1964, as amigas participaram de diversas assembleias cujo tema eram as reformas de base propostas pelo então presidente João Goulart e as primeiras tentativas de mobilização diante do golpe civil-militar.

Em 1965, Iara e Maria Lúcia buscavam um grupo para se engajar quando foram recrutadas pela Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (Polop) (Carvalho, 2021). Fundada no início da década de 1960, a Polop surgiu como oposição à esquerda do Partido Comunista Brasileiro (PCB), defendendo a urgência da revolução socialista no Brasil. Por esse motivo, os militantes desejavam a ampliação de suas bases, arregimentando quadros do ME da USP, mas com principal interesse na classe trabalhadora (Oliveira, 2007). Dessa forma, as primeiras tarefas políticas de Iara consistiam majoritariamente em ações panfletárias em frente a fábricas e discussões sobre como “conscientizar” os trabalhadores sobre a revolução. Demonstrando que esse tema a interessava, ela participava também das atividades planejadas pelo Teatro da Universidade de São Paulo (Tusp), que pretendia organizar peças para e sobre o operariado.

Seus amigos da época recordam que, embora fosse uma mulher casada, Iara demonstrava muita disponibilidade para todos esses compromissos (Marra, 2020; Carvalho, 2021). Os mais íntimos revelam, no entanto, que o conflito entre ela e o marido se agravava, conforme ela se aproximava das esquerdas e se apropriava de debates sociais sobre comportamento, sexo, pílulas anticoncepcionais etc. (Iavelberg, 198-; Scheinberg, 2020). Além disso, ela mantinha casos extraconjungais frequentes, de maneira pública para os colegas da faculdade.

Ainda em 1965, Iara e Samuel se desquitaram oficialmente e de maneira definitiva, sob muitos protestos da família Iavelberg. Sua mãe, Eva, relembra as brigas com o pai, David: “não se podia exigir que uma moça de 21, 22 anos fosse uma santa, levasse vida de uma virgem. É até humanamente impossível exigir isso de uma filha. E ele falava claramente: ‘prostituta’” (Iavelberg & Iavelberg, 1988). Numa tentativa de obter mais autonomia e se afastar do julgamento do pai,

Iara foi morar sozinha num pequeno apartamento na rua da faculdade, no qual organizava reuniões políticas, recebia namorados e chegou até a abrigar uma colega também desquitada.

De acordo com dados do IBGE, em 1965, 1.592 casais concluíram processos de desquite em São Paulo – estado que mais registrou separações oficializadas. No país todo, no mesmo ano, foram concluídos 4.749 processos.⁴ Trata-se de números muito baixos, levando em consideração o total da população, o que explica o forte estigma vinculado sobretudo às mulheres que se separavam. Esse estereótipo se refletia nas relações sociais, no âmbito sexual ou não, como por exemplo trabalho, família, educação etc. (Santana, 2019). No caso de Iara, esta interferência é observada particularmente quando aliada à postura “libertária” que ela passou a adotar, ainda antes da separação.

Tais consequências eram vistas mesmo na convivência com grupos que se diziam mais progressistas, como as esquerdas. Ainda que tenha atuado como presidente da Associação Universitária dos Estudos Psicológicos (AUEP) e participado de encontros da União Estadual dos Estudantes (UEE) e União Nacional dos Estudantes (UNE), Iara jamais acedeu a qualquer cargo de liderança na Polop. Em documento escrito por Luiz Moniz Bandeira, um dos fundadores do grupo, ela foi referida como “líder rebolante” (Villela, 2021).

Também no meio acadêmico, Iara convivia com o estigma. Após se formar, em 1967, ingressou na pós-graduação, na USP e, posteriormente, foi contratada como instrutora voluntária, em maio de 1968. Lourdes Sola (198-), na época professora na universidade, se recordou: “lembro da surpresa geral quando foi convidada a ser [professora] assistente. Apresentei-a para alguém no café e ela disse que agora era assistente. As pessoas reagiam: ‘até essa?’”.

Além do comportamento “liberado”, sua militância política era vista com maus olhos pelos colegas, que esperavam mais moderação após ela se tornar docente (Mautner, 198-). A socióloga Lidiane Rodrigues (2019, p. 140), estudando justamente o grupo que convivia com Iara, aponta uma distinção hierárquica feita pelos acadêmicos entre os militantes socialistas e os intelectuais que estudavam a teoria marxista: “se aos militantes a leitura interessava como fiança do engajamento com a causa, aos segundos, ela só interessava se exercida segundo as regras da Filosofia”. Iara, por suas relações, por ser proveniente de um curso “marginalizado” na própria FFCL e não ter o domínio de idiomas – além do “básico”

⁴ Anuário estatístico de 1966.

em inglês e em francês –, definitivamente não se enquadrava nos “pré-requisitos” deixados subentendidos para integrar o grupo.

O rompimento com a USP veio justamente após uma prisão, no segundo semestre de 1968, por suspeita de associação a grupos de luta armada durante ocupação da FFCL (Nascimento, 2023). Depois de ser libertada, Iara se viu obrigada a abandonar o que havia conquistado, seu trabalho e o contato diário e livre com seus familiares e amigos, por uma escolha política: passou a viver uma vida “clandestina”, para continuar sua atuação contra a ditadura e em prol da revolução socialista no Brasil.

FIGURA 2: IARA IAVELBERG DURANTE PERÍODO EM QUE ESTEVE PRESA NO DOPS-SP, 1968



Fonte: Acervo Superior Tribunal Militar

Algum tempo antes, junto com um grupo maior de militantes, ela se desligou da Polop por divergências políticas. Estes, influenciados pela leitura dos escritos do francês Régis Debray sobre a experiência revolucionária cubana, fundaram uma nova organização – que posteriormente seria denominada Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) –, cuja pretensão era iniciar a luta armada. Seus quadros, para além dos ex-Polop, eram advindos das Forças Armadas – cassados com o golpe de 1964 –, do movimento operário, sobretudo do município de Osasco e, ainda, do movimento estudantil (Chagas, 2000).

Embora o novo grupo priorizasse as ações armadas – como expropriações de armas e agências bancárias e o justiçamento de autoridades consideradas inimigas –, Iara tinha como principais funções a elaboração de jornais no setor de

imprensa, cujo público-alvo era o operariado paulista; a alocação de militantes muito perseguidos em casas de “simpatizantes”; e a formulação de cursos de teoria política socialista para outros integrantes (Rodrigues, 198-; Sarapu, 198-).

No entanto, a promulgação do AI-5 em dezembro de 1968 e o acirramento da repressão a grupos políticos impactou a VPR e, consequentemente, sua militância. Logo no início de 1969, cerca de 30 militantes ligados diretamente ao setor responsável pelas ações armadas foram presos e barbaramente torturados, instaurando uma crise. Com medo de ter sido descoberta, Iara foi enviada pela organização à cidade do Rio de Janeiro para fazer contatos com quadros de outro grupo, visando uma coalização.

Tal fusão de fato ocorreu, formando a Vanguarda Popular Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), mas, por divergências táticas, o grupo logo se cindiu novamente, dando origem a uma nova VPR. As discordâncias giravam, majoritariamente, em torno da participação dos trabalhadores na guerrilha que desencadearia a revolução. Nesse sentido, Iara, o ex-capitão do Exército Carlos Lamarca (com quem vivia um relacionamento amoroso) e outros que refundaram a VPR, acreditavam ser perigosa a associação das organizações clandestinas com o movimento operário urbano, por conta da forte repressão. Apregoavam a criação de vanguardas revolucionárias no campo (Chagas, 2000) e, como forma de preparação, implementaram um treinamento de guerrilha rural – realizado no Vale do Ribeira, do qual ela participou (Nascimento, 2023).

Por conta da forte ação da repressão sobre os militantes da VPR, Iara e Lamarca ficaram cada vez mais isolados e confinados em “aparelhos” – nome dado às casas clandestinas. Com perspectiva de desenvolver trabalho político com camponeses, em 1971, o casal ingressou em outra organização, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Em carta enviada aos irmãos, que viviam no Chile, ela justificou a mudança:

Ingressamos no MR-8, com o qual nos identificamos politicamente. Pensamos que, nesta fase, há que se criar condições buscando uma base social. Nenhuma força política atual no país dispõe desta base de apoio. Penso que estamos atravessando a fase mais dura da esquerda brasileira (apud Sepulveda, 1971, p. 26).

O que se observa é que Iara estava ciente do completo isolamento das esquerdas revolucionárias, em relação ao resto da população brasileira. O apoio de alguns setores sociais se mostrava essencial para que os planos de revolução pudessem se concretizar e, em sua perspectiva, tal apoio deveria ser angariado entre os trabalhadores rurais. Assim, em junho, ambos foram transferidos para a Bahia: ele, para o interior, próximo à cidade de Brotas de Macaúbas; ela, no

entanto, para Feira de Santana, perto de Salvador, para fazer tratamento médico. Depois de resolvidos seus problemas de saúde, a intenção era que também fosse transferida para uma área rural (Salgado, 2020).

Embora tenha passado quase três semanas em Feira de Santana, por problemas de segurança Iara foi levada para um apartamento em Salvador. Na madrugada de 20 de agosto, a Polícia Federal executou uma operação com o objetivo de prender os moradores. Ela conseguiu fugir para o apartamento vizinho, mas foi encontrada horas depois pelos agentes e assassinada com um tiro no peito.

Em 1964, com 20 anos, a vida de Josefa em São Paulo havia mudado bastante, com relação à sua infância em Pernambuco. Ela seguia trabalhando na Jutifício São Francisco, tendo sido promovida, em novembro de 1959, ao cargo de costureira. Algum tempo depois, em meados de 1961, começou a namorar José, seu antigo vizinho em Calçado. O relacionamento começou um ano após a mudança de José para a capital paulista, de acordo com suas memórias (Souza, 2021b).

Josefa não deu detalhes sobre o início da relação em nenhuma das entrevistas analisadas: ela apenas relatou que ele teria sido seu primeiro e único namorado. Outros comentários dão pistas sobre seus valores: em determinado ponto da entrevista, Josefa comenta que, ao contrário dela, suas irmãs mais novas, “mais liberadas”, namoraram “vários” rapazes. De acordo com suas memórias, no entanto, essa postura concedia às garotas a pecha de “faladas” (Souza, 2021c). Possivelmente para evitar essa imagem e, de acordo com José, cedendo às pressões do sogro, o casal só pôde ter contatos físicos mais próximos – como beijos e abraços – a partir do noivado (Souza, 2021b).

No começo da década de 1960, Sebastião, o pai de Josefa, adquiriu um terreno e iniciou a construção de sua casa própria, na Vila Nhocuné, no extremo Leste da cidade. Embora o local fosse muito distante do Ipiranga, onde ficavam as fábricas – e de mais difícil acesso, devido à precariedade do transporte público na época –, Sebastião acreditava que a melhor opção para a família seria sair do aluguel. Influenciados por ele, Josefa e José também adquiriram um terreno na vizinhança, onde morariam após o casamento.

Ainda em 1964, Josefa se mudou com os pais e irmãos para o Nhocuné; no fim de 1965, após o casamento, foi para a casa nova, com o marido, na rua de baixo. Ela descreve mudanças significativas com a troca de bairro: enquanto vivia no Ipiranga, não tinha custos com almoço ou transporte nos dias de trabalho, pois

sua residência ficava muito próxima à fábrica. Ao partir para a Zona Leste, as coisas mudaram: ela passou a precisar sair duas horas antes do horário de entrada, fazendo o trajeto com transporte público: “não dava nem pra tomar café de manhã” (Souza, 2021c). O almoço era levado de casa. Ainda assim, de acordo com suas memórias, os pontos positivos se sobressaíam: sob o aluguel, às vezes era necessário mudar de residência por conta do aumento do valor (Souza, 2021c); ademais, conforme ressalta José, a casa própria e autoconstruída permitia mais autonomia na divisão dos cômodos (Souza, 2021b).

Pesquisadores investigaram o valor atribuído por trabalhadores à propriedade de suas moradias; o historiador Paulo Fontes, estudando especificamente o caso de migrantes na Zona Leste de São Paulo, aponta que a casa própria era vista como forma de estabilidade na metrópole. Ademais, “diante dos altos preços dos aluguéis e dos baixos salários, a propriedade da casa é a garantia de abrigo familiar em qualquer situação” (Fontes, 2008, p. 109).

Apesar das condições difíceis de acesso ao trabalho e a insalubridade do serviço, as memórias de Josefa sobre sua rotina na Jutifício São Francisco são muito positivas. Ela aponta que, embora a demanda fosse alta, gostava muito do ambiente, das amizades com as companheiras de trabalho, da estabilidade – “era fácil e não mandava muita gente embora, não” – e dos benefícios (Souza, 2013).

Como em novembro de 1959, ao ser promovida a costureira, ela passou a receber salário por tarefa, não foi possível acompanhar a evolução de aumentos e o impacto da política de arrocho salarial da ditadura em seus recebimentos. No entanto, ela ressaltou em mais de uma entrevista que considerava ganhar bem: “era muito bom, era das 7h às 17h30, sábado livre, hora de almoço, ganhava salário e, dependendo do serviço que fizesse, ganhava produção, além do salário. Se quisesse fazer extra também... eu gostei, *se pudesse, estava lá até hoje*” (Souza, 2013, grifos meus).

Ainda assim, quando perguntada sobre suas impressões quanto à situação socioeconômica da família, respondeu: “eu acho que era [classe] baixa (risos). Só ganhava o suficiente para comer, pagar conta...” (Souza, 2021c). Entretanto, aponta o trabalho como diferencial importante de sua vida em São Paulo, com relação a Pernambuco: “eu gostei mais daqui. Porque lá a gente não tinha possibilidade de ganhar nada, além das pessoas mais velhas, criança não ganhava nada. Menor... Não tinha serviço nenhum para menor, só trabalhar na roça” (Souza, 2013). Evidencia-se que ela via no trabalho a única possibilidade de ascensão social, excluindo totalmente o estudo – que, a curto prazo, não fornecia nenhuma remuneração que contribuísse com o rendimento mensal da família.

FIGURA 3: TRABALHADORAS DO JUTIFÍCIO SÃO FRANCISCO, COM JOSEFA AO CENTRO, SENTADA E OLHANDO PARA A FOTO



Fonte: acervo da autora

Em sua Carteira de Trabalho consta a contribuição anual com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de São Paulo. Contudo, Josefa demonstrou resistência às tentativas de mobilização da entidade:

Naquele tempo, eu não gostava [de greve], não. Eu achava ruim (ri). Porque ia trabalhar, aí a gente ficava preocupada de não entrar para trabalhar, ser mandada embora, aí ia ter que procurar outro... Quando a gente sabia, aí chegava mais cedo, para quando chegar aquela turma [de grevistas], a gente já estar lá dentro (Souza, 2021c).

Ao ser perguntada se, mesmo quando a pauta era aumento salarial, ela era contrária, respondeu que não gostava de nenhum tipo de ação grevista. Sua fala mostra distanciamento das pautas dos trabalhadores; ao contrário, as eventuais paralisações eram vistas como prejudiciais à sua vida profissional. Ademais, o fato de falar em primeira pessoa do plural aponta que ela não era a única com essas impressões; provavelmente algumas de suas colegas tinham a mesma postura. Era o caso de “Maria Baixinha”, uma das irmãs do atual presidente Luís Inácio Lula da Silva, que trabalhava na mesma fábrica e no mesmo período que Josefa, segundo conta a biografia de autoria de Fernando Morais (2021, p. 276):

Foi numa dessas refregas, no começo dos anos 1960, que Lula se animou a participar de um piquete no Jutifício São Francisco, indústria de sacos de juta e de estopa, onde trabalhava uma de suas irmãs. Para defender a fábrica dos piqueteiros que ameaçavam entrar na marra para retirar à força os fura-greves – entre os quais estava a irmã Maria Baixinha –, os guardas trancaram os portões do muro de dois andares que protegia a empresa.

Ressalta-se que, ainda que a Lei nº 4.330/1964, conhecida como “lei anti-greve”, tenha dificultado a organização de mobilizações legais durante a ditadura, os sindicatos encontravam brechas na legislação e/ou realizavam os movimentos de forma ilegal – mesmo que em menor quantidade (Speranza, 2007).

No fim de 1965, Josefa e José se casaram, com cerimônia religiosa e civil. Em setembro de 1966, nasceu a primeira filha do casal. Durante algum tempo, ela permaneceu trabalhando, mas a rotina era difícil: “acordava 4h da manhã, deixava a menina com a minha mãe e ia trabalhar. Chegava às 8h da noite, pegava ela, levava para casa, ia cuidar de tudo, para depois dormir, levantar 4h da manhã de novo” (Souza, 2013). Segundo ela, foi por esse motivo que, em maio de 1967, pediu demissão do trabalho.

Seu marido, no entanto, tem outras lembranças: “eu falei pra ela, assim que eu casei, ‘eu não gosto que a minha mulher trabalhe, porque se eu trabalho, o meu trabalho tem que segurar minha mulher. Não quero que ela trabalhe’. E outra, trabalhar em serviço braçal lá...” (Souza, 2021b). As entrevistas, apesar de terem sido feitas separadamente, ocorreram na casa em que o casal vive, então um presenciou o depoimento do outro. Após José ter dado essa declaração sobre o trabalho de sua esposa, ela tentou interrompê-lo e dizer que a decisão tinha sido tomada em comum acordo. Ainda assim, ele prosseguiu com seus argumentos: “eu nunca gostei. Aí eu achei bom quando ela saiu” (Souza, 2021b).

Mesmo que não tenha saído por pressão do marido, Josefa demonstra que acreditava que o cuidado dos filhos e da casa era responsabilidade sua, e que não conseguiria conciliar essas atividades com o emprego na fábrica. Isso fica evidente em trecho supracitado, quando ela afirma que se pudesse, trabalharia no local até hoje – mas não pôde, pois tinha outras atribuições.

De acordo com as lembranças da filha mais velha, Izildinha de Souza, ao final do mês, José entregava todo o seu salário à esposa, que ficava responsável pelo orçamento da família (Souza, 2021a). Embora seu pai reivindique que a família jamais passou por dificuldades financeiras (Souza, 2021b), a filha recorda discussões entre o casal por conta da insuficiência dos rendimentos. A escassez de dinheiro, para além do estritamente necessário, fez com que Izildinha começasse a trabalhar aos 15 anos, pouco mais velha do que sua mãe, décadas antes (Souza, 2021c).

FIGURA 4: CASAMENTO DE JOSEFA E JOSÉ, 1965



Fonte: acervo da autora

A entidade que supria muitas necessidades da família relativas à saúde e ao lazer era o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. A relação se dava através de José, que trabalhava em uma fábrica no Ipiranga. Josefa, por sua vez, era quem levava os filhos para usufruírem dos benefícios oferecidos, majoritariamente atendimento médico. Segundo as memórias de Izildinha, era apenas nessas ocasiões que a família saía do bairro e conhecia, no Centro de São Paulo, lugares como a Praça da Sé e Rua Direita (Souza, 2021a). Ademais, foi por meio da colônia de férias do sindicato que puderam viajar a praias do litoral Sul (Souza, 2021a; Souza, 2021b).

Observa-se que o envolvimento com a entidade era bastante despolitizado, limitando-se a uma relação de apoio para acesso a serviços essenciais. Essa atuação do sindicato é característica do período da ditadura, em decorrência da intervenção do Estado em suas gestões, quando assumiu funções estritamente formais e burocráticas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (Nogueira, 1997).

Em relação a como se informava, Josefa recorda que o principal veículo de comunicação utilizado em sua casa era o rádio. Além de não ter tido televisão própria até a segunda metade da década de 1970, o fato de seus pais serem analfabetos inviabilizava a leitura de jornais impressos – e ela jamais adquiriu esse hábito (Souza, 2013). Sua filha aponta que a mãe escutava o aparelho o dia todo enquanto fazia os trabalhos domésticos, não se restringindo apenas à música: ouvia noticiário, entretenimento, como radionovelas, e o famoso programa policial do jornalista Gil Gomes (Souza, 2021a).

O historiador Valdir de Souza, refletindo a partir de suas próprias experiências, cita esse mesmo programa como exemplo de como o medo generalizado e a total submissão às polícias eram comunicados à população, durante a ditadura. Ele, que cresceu na cidade de Bragança Paulista, recorda de toques de recolher supostamente impostos pela Cavalaria da Polícia do Estado de São Paulo: “se eles encontrassem alguém ‘zanzando’ na rua naquele horário, a pessoa seria açoitada com um cabo de aço” (Souza, 2014, p. 32). Mesmo sem qualquer menção ao assunto, a filha mais velha de Josefa descreveu algo parecido, ao ser perguntada sobre se sentiu concretamente a ditadura em sua vida: “de vez em quando eu via algum toque de recolher, acho que no bairro às vezes a gente tinha que entrar antes, a gente sabia que tinha que entrar antes, porque não podia ficar ninguém na rua” (Souza, 2021a). Para além do texto de Valdir de Souza, não foi encontrada nenhuma outra referência a tais toques de recolher, seja em fontes ou bibliografia.

Apesar desse contexto, Josefa afirma que dados sobre a política institucional integravam pouco seu cotidiano; quando perguntada especificamente sobre a ditadura, ela respondeu demonstrando distância: “eu lembro que teve isso, mas não lembro exatamente o que fizeram, não. (...) Eu não prestava muita atenção nessas coisas. Novinha, né? Eu nem ligava (ri). Não ligava muito para política, não assistia muito jornal, só seguia vivendo” (Souza, 2021c).

Todos os filhos de Josefa nasceram sob a ditadura: além de Izildinha, de 1966, os outros três são de 1969, 1972 e 1978. A mais velha foi a única entrevisitada, por possivelmente ter mais memórias sobre o período – sobretudo quanto aos anos de “milagre econômico”. Conforme analisado, ela não recorda de nenhuma ascensão social da família, pelo contrário, isso só teria ocorrido quando os irmãos começaram a trabalhar e ingressaram no ensino superior. Josefa seguiu sendo dona de casa, atividade que desempenha até os dias de hoje.

DUAS MULHERES, DOIS PAÍSES: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse artigo, foram incluídas fotografias de ambas as personagens tratadas. Em comum, há as fotos de seus casamentos, que se mostram muito semelhantes: as duas usam vestidos brancos, com véus e grinaldas; os noivos também se vestem de maneira parecida, com diferença apenas em relação à gravata. Há visível somente uma divergência na técnica: no caso de Iara, trata-se de uma fotografia em preto e branco (figura 1); no de Josefa, uma fotopintura (figura 4), técnica que mescla fotografia com colorização feita à mão, muito comum para famílias nordestinas.

As diferenças mais significativas, no entanto, aparecem ao tomarmos conhecimento de dados que as imagens não mostram: a recepção de Iara e Samuel foi feita no Club Homs, grêmio associativo sírio-libanês localizado na Av. Paulista e frequentado pela elite da cidade de São Paulo; já a de Josefa e José foi realizada em um pequeno salão da Vila Talarico, bairro onde morariam na Zona Leste.

Embora estivessem distantes de integrar a elite paulistana, os Iavelberg tinham condições socioeconômicas estáveis, eram donos de comércios e imóveis e podiam permitir que os filhos se dedicassem somente aos estudos. Já os Lima, família de Josefa, eram assalariados e, ainda assim, suas rendas eram insuficientes para o orçamento da família; dessa forma, os filhos, quando ainda menores de idade, iniciaram suas vidas laborais.

Alguns fatores podem explicar as diferenças socioeconômicas entre as famílias, levando em consideração que as duas chegaram a São Paulo sem posses: a) aspecto geracional: os *avós* maternos e paternos de Iara foram os primeiros a se estabelecer na cidade, com os filhos ainda pequenos, ao passo que Sebastião e Maria Lucinda, *pais* de Josefa, chegaram já adultos e sem rede de apoio familiar; b) acesso aos estudos: enquanto os pais de Josefa eram analfabetos e não tinham frequentado a escola, a mãe de Iara cursou todo o ensino primário e secundário na capital paulista e o pai, embora não tenha concluído os estudos, sabia ler e escrever perfeitamente em português; c) preconceito: as duas famílias pertencem a grupos sociais e étnicos alvos de preconceito, os judeus e nordestinos. No entanto, o sociólogo Bernardo Sorj (2008) chama a atenção para o fato de que o antisemitismo não parece ser aspecto constituinte da cultura brasileira; ao contrário, por serem lidos como *brancos* em uma sociedade muito influenciada pelo racismo, os judeus têm grande facilidade de integração social. Os nordestinos, por outro lado, são alvos de forte discriminação por parte dos paulistanos

(e sudestinos, em geral), o que interfere diretamente em sua socialização e acesso a oportunidades de trabalho (Fontes, 2008). Josefa, especificamente, apesar de se autodeclarar branca, possui cabelos crespos pretos e foi classificada como “parda” em diversos de seus documentos.

Outra distinção das fotografias diz respeito às datas em que foram tiradas: Iara se casou em 1960, aos 16 anos. Nessa época, Josefa trabalhava como operária há alguns meses, havia deixado os estudos e, aos fins de semana, frequentava a igreja e ia ao cinema com suas irmãs. Em 1965, quando ambas tinham 21 anos, foi a vez da última se casar; naquele momento, a primeira, em contrapartida, passava por um processo de desquite, era aluna do terceiro ano de Psicologia da USP, militante da Polop, participava de sua segunda greve estudantil e trabalhava como professora no Cursinho do Grêmio da universidade.

À parte das classes sociais distintas, as duas parecem ter tido vivências similares até o momento do casamento: esperava-se que se constituíssem em “mulheres dos anos dourados”. Tanto para o judaísmo quanto para o cristianismo, o papel das mulheres está diretamente associado à procriação e ao cuidado. Também as referências seculares brasileiras das décadas de 1950 e 1960, como as revistas femininas, demonstram que garotas eram incentivadas a se casar e constituir família (Pinsky, 2014).⁵

No caso de Iara, todavia, houve uma ruptura com esse ideal: além de viver um casamento infeliz, ela não conseguiu engravidar. A frustração e a solidão parecem tê-la feito querer *transgredir*, o que fez ao voltar aos estudos e ao buscar outras formas de socialização e afeto. Assim, em 1964, quando do golpe, Iara era aluna da USP e, portanto, estava inserida em um espaço onde se discutia política, ideais e comportamento – discussões estas das quais participava ativamente.

Josefa estava, por sua vez, inserida no meio operário – amplamente afetado pelas medidas ditatoriais. Além de o movimento sindical não ter sido suficiente para superar a “ampla aliança social entre civis e militares que permitiu a vitória do golpe” (Reis, 2014, p. 47), a intervenção estatal que se seguiu foi crucial para sua desmobilização (Ridenti, 2005, p. 195). Se antes de 1964, ela já era reticente quanto a se envolver em ações reivindicatórias – não obstante as difíceis condições de trabalho, demonstradas na figura 3 –, depois, este sentimento deve ter sido potencializado. Ademais, após o nascimento de sua primeira filha, ela

⁵ Sabe-se, no entanto, que esse modelo muitas vezes estava bem distante da realidade, como no caso de mulheres negras, que iniciavam suas vidas laborais muito cedo, impossibilitadas de serem “apenas” donas de casa.

deixou de forma permanente o emprego para dedicar-se ao trabalho doméstico não remunerado.

Foi sob a ditadura que as duas, que cresceram no mesmo bairro, seguiram caminhos geográficos distintos. Iara, por escolha, saiu do Ipiranga rumo a lugares múltiplos: com o marido, chegou a morar na Avenida Paulista, das principais até hoje. Depois, desquitada, passou a viver na Rua Maria Antônia, espécie de “sede” do ME paulistano. Durante a militância, teve inúmeros endereços, incluindo Rio de Janeiro e Bahia, último local onde viveu. Josefa, por sua vez, foi quase “expulsa” do bairro operário, diante dos altos preços de moradia perto do trabalho e teve como destino o extremo Leste da cidade, zona periférica então de difícil acesso por meio de transporte público, de onde jamais saiu.

Enquanto Josefa seguia desempenhando o papel de “mulher dos anos dourados”, Iara sentia cada vez mais o peso dos “anos de chumbo”. Sua crescente radicalização, sobretudo a partir do ingresso na VPR, a colocou na mira dos órgãos de segurança, forçando-a a viver clandestinamente. Ao longo de sua militância, teve visões distintas sobre a participação das “massas” no processo revolucionário. No princípio, teve forte proximidade com as grandes manifestações, tanto com demandas universitárias quanto em prol dos direitos dos trabalhadores em geral, sobretudo entre 1964 e 1968. Sua organização à época, a Polop,creditava que a revolução deveria ter envolvimento direto do “proletariado” como um todo.

Contudo, a chegada do texto de Regis Debray – somada à sofisticação na atuação dos órgãos de repressão – deu a Iara e a alguns de seus companheiros a esperança de que a fáscia da luta poderia ser acesa pelos pequenos grupos atuantes. Com a dureza da clandestinidade e a experiência adquirida, já na década de 1970, Iara se mostrava partidária da ideia de que o apoio social era fundamental para o prosseguimento dos trabalhos. Tal apoio jamais chegou, isolando as esquerdas e a ela ao ponto da completa fragilidade diante das políticas de repressão e extermínio da ditadura.

A maioria dos setores civis demonstrou desinteresse pelo projeto revolucionário das esquerdas e, como Josefa, apenas buscava seguir com sua vida. Isso, no entanto, não os isentou das consequências do autoritarismo da ditadura. Apesar de ter desempenhado o papel que lhe era esperado, não se envolvendo com a vida pública e atuando exclusivamente no âmbito da vida familiar, Josefa foi privada de outras coisas: não desenvolveu consciência social e política, ignorando seus direitos e os momentos em que estes eram cerceados; viveu sob contingência financeira, por falta de meios e oportunidades de melhora, não sendo beneficiada

pelo famigerado “milagre econômico”; teve pouco acesso à cultura e, para entretenimento, consumia programas que continham propaganda favorável à ditadura e propagavam o terror e a submissão às autoridades.

FIGURA 4: IARA IABELBERG E JOSEFA MARIA, DÉCADA DE 1970



Fonte: Samuel Iavelberg; acervo da autora

Assim, ainda que tenham vivido no mesmo tempo e cidade, as experiências das duas personagens aqui analisadas foram completamente divergentes. Nota-se que a questão de classe é fator determinante na forma como os caminhos das duas foram sendo delineados. Contudo, há um ponto em comum: a opressão de gênero, que perpassa a história do Brasil em diversos períodos; e, especificamente, a vigilância do regime ditatorial, que supriu o acesso de ambas a informações e serviços que possibilitassem maior atuação na vida pública e prosperidade. Iara, que ousou questionar essa estrutura, foi punida com a morte; Josefa sobreviveu, mantida na ignorância.

REFERÊNCIAS

- Barroso, C., & Mello, G. (1975). O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *Caderno de Pesquisas*, (15), 47–77. <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1813>.
- Bloch, M. (2020). *Apologia da história: ou o ofício do historiador*. Zahar.

- Carvalho, M. L. (2021). Entrevista concedida à autora. In *Acervo pessoal*.
- Chagas, F. (2000). *A Vanguarda Popular Revolucionária: dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil (1968-1971)* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Estadual Paulista].
- Cordeiro, J. (2015). *A ditadura em tempos de milagre*. Editora FGV.
- Fontes, P. (2008). *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Editora FGV.
- Galinkin, A. L. (2008). Judaísmo e identidade judaica. *Interações: Cultura e Comunidade*, 3(4), 87–97. <https://www.redalyc.org/pdf/3130/313027311006.pdf>.
- Iavelberg, D., & Iavelberg, E. (1988). Entrevista concedida a J. Patarra. Arquivo Edgard Leuenroth.
- Iavelberg, S. (198-). Entrevista concedida a J. Patarra. In *Arquivo Edgard Leuenroth*.
- Mailänder, E. (2015). *Female SS guards and workaday violence*. Michigan State University Press.
- Marra, E. (2020). Entrevista concedida à autora. Acervo pessoal.
- Martins Filho, J. R. (1987). *Movimento estudantil e ditadura militar (1964-1968)*. Papirus.
- Mautner, A. V. (198-). Entrevista concedida a J. Patarra. In *Arquivo Edgard Leuenroth*.
- Morais, F. (2021). *Lula: biografia (Vol. 1)*. Companhia das Letras.
- Murahovschi, J. (2012). *Ouviram do Ipiranga: fragmentos de uma vida*. Edição própria.
- Napolitano, M. (2015). Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, 8(15), 9–45. <https://doi.org/10.5433/1984-3356.2015v8n15espp9>.
- Nascimento, J. M. (2023). Além da musa da esquerda: uma biografia histórica de Iara Iavelberg (1944-1971). [Tese de Doutorado]. Universidade Federal Fluminense. <https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/2443/projeto/TeseFinalJulianaMarques.pdf>.
- Nogueira, A. (1997). *A modernização conservadora do sindicalismo brasileiro*. Fapesp.
- Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, (10), 7–28. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>.
- Oliveira, J. A. (2007). *Polop: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Estadual Paulista. https://agenda-pos.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias_sociais/1291.pdf.
- Pinsky, C. B. (2014). *Mulheres dos anos dourados*. Contexto.
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 3–15. https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf.
- Portelli, A. (1997). Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, (15), 13–49. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215>.
- Portelli, A. (2016). *História oral como arte da escuta*. Letra e Voz.

- Reis, D. A. (2014). *Ditadura e democracia no Brasil*. Zahar.
- Ricœur, P. (2000). *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Éditions du Seuil.
- Ridenti, M. (2005). *O fantasma da revolução brasileira*. Editora UNESP.
- Rodrigues, D. (198-). Entrevista concedida a J. Patarra. In *Arquivo Edgard Leuenroth*.
- Rodrigues, L. (2019). Poder, sexo e línguas entre marxistas brasileiros. *RePOCS*, 15(31), 131–158. <https://doi.org/10.18764/2236-9473.v16n31p131-158>.
- Salgado, J. (2020). Entrevista concedida à autora. In *Acervo pessoal*.
- Santana, I. H. B. (2019). “*Desquite*” e relações de gênero e sexualidade na narrativa de mulheres do Recife/PE [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Pernambuco. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39446>.
- Sarapu, L. (198-). Entrevista concedida a J. Patarra. In *Arquivo Edgard Leuenroth*.
- Scheinberg, C. (2020). Entrevista concedida à autora. In *Acervo pessoal*.
- Schmidt, B. (2000). Luz e papel, realidade e imaginação. In B. Schmidt (Ed.), *O biográfico: perspectivas interdisciplinares* (p. XX-XX). EDUNISC.
- Sepulveda, L. (1971). El Capitán Lamarca. *Punto Final*, VI(140), 26–28.
- Sola, L. (198-). Entrevista concedida a J. Patarra. In *Arquivo Edgard Leuenroth*.
- Souza, J. M. M. (2013). Entrevista concedida à autora. In *Acervo pessoal*.
- Souza, I. (2021a). Entrevista concedida à autora. In *Acervo pessoal*.
- Souza, J. M. (2021b). Entrevista concedida à autora. In *Acervo pessoal*.
- Souza, J. M. M. (2021c). Entrevista concedida à autora. In *Acervo pessoal*.
- Souza, V. (2014). Ditadura, essa nossa velha conhecida. In M. H. M. de Alcântara, V. A. S. Aguiar, X. de Castro Barbosa (Eds.), *História, memória e direitos humanos* (pp. 32–45). Ponto-com.
- Speranza, C. (2007). A lei 4.330 e os caminhos da (i)legalidade das greves durante o regime militar. In *Simpósio Nacional de História, XXIV, Anais Eletrônicos* (pp. 1-9) Unisinos. <https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.24/AN-PUH.S24.0392.pdf>.
- Villela, M. (2021). Entrevista concedida à autora. In *Acervo pessoal*.
- Wierling, D. (1995). The history of everyday life and gender relations: On historical and historiographical relationships. In A. Lüdtke (Ed.), *The history of everyday life* (pp. 155–174). Princeton University Press.